

VII EDITAL MECENAS DO CEARÁ

A Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições, com o objetivo de efetivar a democratização do acesso aos recursos do Sistema Estadual de Cultura – SIEC, torna público aos interessados o **VII EDITAL MECENAS DO CEARÁ**, que regulamentará o procedimento de inscrição, avaliação e julgamento de projetos apresentados que visem a captação de recursos através do Mecenato Estadual em obediência à Seção II do Decreto Estadual 28.442/2006, obrigando-se o mesmo à fiel observância às disposições contidas na Lei Estadual nº 13.811/2006, Decreto Estadual 28.442/2006, Lei Complementar Estadual 119/2012, Lei Estadual nº 15.406, de 25 de julho de 2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014), Decreto Estadual nº 31.406/2014, Portaria CGE nº 031/2014, Lei nº 8.666/93 e outras legislações pertinentes à matéria

1. DO OBJETO

Constitui objeto do presente Edital o apoio a projetos artísticos e culturais apresentados por pessoas físicas ou jurídicas, que tenham por objetivo o fortalecimento do setor cultural cearense e a promoção do desenvolvimento social e econômico do Estado do Ceará, cuja data de início de execução esteja compreendida entre o período de **01 de março de 2015 até 29 de fevereiro de 2016**.

2. DOS RECURSOS

2.1. O apoio constante do presente Edital será custeado por meio do Mecenato Estadual, mediante a conjugação de recursos do Poder Público Estadual e recursos de particulares, nos termos do Artigo 20 da Lei nº 13.811/2006.

2.2. Os recursos financeiros serão disponibilizados e mantidos em conta bancária específica, em instituição financeira pública (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal ou Banco do Nordeste), cuja movimentação somente poderá ocorrer para pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho, em obediência à Lei Complementar Estadual 119/2012.

3. DAS DEFINIÇÕES

3.1. Para os fins deste Edital, fica estipulada a seguinte definição para **Projeto**: consiste num esforço temporário empreendido, com um objetivo preestabelecido, definido e claro, seja para criar um novo produto, serviço ou processo. Tem início, meio e fim definidos. A duração e os recursos são limitados a uma sequência de atividades relacionadas.

3.2. Todos os projetos apresentados na presente seleção deverão desenvolver em seu processo de execução a produção de bens e serviços que englobem as seguintes áreas:

- artes visuais e fotografia;
- audiovisual;

- teatro;
- dança;
- circo;
- música;
- arte digital;
- literatura, livro e leitura;
- patrimônio material e imaterial;
- artes integradas (projetos que contemplem mais de uma linguagem artística)

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. Poderão inscrever-se no presente Edital:

4.1.1. PESSOAS FÍSICAS, maiores de 18 anos, residentes e domiciliados no Ceará, que:

- a) desenvolvam atividades culturais comprovadas há pelo menos 01 (um) ano;
- b) tenham relação direta com o objeto do projeto a ser realizado;
- c) desenvolvam atividades contempladas entre as áreas artísticas e culturais de que trata o item 3.2. deste Edital;

4.1.2. PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO, com ou sem fins econômicos e com fins culturais, em cujos atos constitutivos figurem:

- a) atuação nas áreas de que trata o item 3.2 deste Edital;
- b) sede e foro no Estado do Ceará;
- c) efetiva constituição e atuação há pelo menos 01 (um) ano no Estado do Ceará.

4.1.3. No tocante à comprovação de sede e foro das pessoas jurídicas, será considerado o endereço constante nos seus atos constitutivos ou no Cartão do CNPJ emitido pela Receita Federal.

4.1.4. Para fins de comprovação do tempo de constituição de pessoa jurídica, conforme as disposições legais, será considerada a data constante nos seus atos constitutivos ou no cartão do CNPJ emitido pela Receita Federal.

4.2. A Comissão Estadual de Incentivo à Cultura – CEIC **definirá, de acordo com os critérios de avaliação, a categoria de captação de recursos da proposta**, em consonância com as definições do artigo 21 da Lei nº 13.811/2006, podendo as propostas se enquadrar nas categorias **doação, patrocínio ou investimento**.

4.2.1. Conforme a 13.811/2006, referendado pela Resolução 01/2011 da Comissão Estadual de Incentivo à Cultura - CEIC, **as pessoas jurídicas de direito privado, com fins econômicos, somente poderão captar nas modalidades patrocínio e investimento**. As pessoas jurídicas de direito privado sem fins econômicos poderão receber incentivo nas modalidades doação, patrocínio e investimento.

4.3. Um mesmo proponente poderá inscrever até 02 (duas) propostas. No entanto, somente poderá ser contemplado com 1 (uma) proposta, cabendo à CEIC optar entre os projetos eventualmente selecionados.

Parágrafo Único: não poderão ser contemplados, concomitantemente, projetos que tenham por proponentes pessoas físicas que componham o quadro diretivo de pessoas jurídicas participantes do certame.

4.4. O apoio disponibilizado por este Edital contemplará de forma integral ou parcial os projetos selecionados, os quais, obrigatoriamente, deverão ter Plano de Execução vinculado ao período de até **12 (doze) meses a contar da data da publicação do resultado final no Diário Oficial do Estado.**

4.4.1. Havendo necessidade de prorrogação do prazo descrito no item 5.4, o Proponente, após realizada a captação dos recursos, poderá solicitá-la à Secretaria da Cultura, que, após apreciação técnica, poderá concedê-la ou não.

4.5. Os projetos contemplados neste Edital deverão ser compatíveis com a Política Estadual de Cultura e com os Princípios e Objetivos da Lei Estadual nº 13.811, de 16 de agosto de 2006.

4.6. Na hipótese de comercialização dos produtos ou serviços oriundos dos projetos apoiados por este Edital, os proponentes deverão ofertá-los a preços acessíveis ao público em geral, de modo a garantir a promoção da difusão cultural, conforme aprovação da CEIC.

4.7. A inscrição será gratuita e o ato de inscrição pressupõe plena concordância com os termos deste Edital.

4.8. Serão aceitas as manifestações de interesse efetuadas em conformidade com a legislação vigente, através da entrega da documentação para inscrição no **VII EDITAL MECENAS DO CEARÁ**, em envelope lacrado, no Setor de Protocolo da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – SECULT, no período compreendido entre o dia 20 de outubro de 2014 e o dia 21 de novembro de 2014, no horário de 08h às 12h e das 13h às 16h30min, ou encaminhadas por meio dos serviços de postagem de correspondência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, na modalidade SEDEX, com Aviso de Recebimento (AR), no qual deverão constar, no espaço do remetente e do destinatário, respectivamente, as seguintes informações:

Destinatário:

VII EDITAL MECENAS DO CEARÁ

Secretaria da Cultura do Estado do Ceará

Sistema Estadual de Cultura – Secretaria Executiva (SIEC)

Rua Major Facundo, nº 500, Praça do Ferreira, Centro

CEP: 60.025-100 - Fortaleza- Ceará

Remetente:

NOME DO PROJETO;

ÁREA CULTURAL DE INTERESSE (CONFORME O ITEM 3.2.)

NOME DO PROPONENTE

RESPONSÁVEL PELO PROJETO (no caso de Pessoa Jurídica);

ENDEREÇO DO PROPONENTE.

Parágrafo Único: Somente serão aceitos pedidos de inscrições efetuados via postal que forem recebidos no Setor de Protocolo da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – SECULT, no período compreendido entre o dia 20 de outubro de 2014 a 21 de novembro de 2014, no horário de 08h às 12h e das 13h às 16h30min.

4.9. Os projetos inscritos deverão ser apresentados em Envelope de Inscrição (devidamente lacrado) que deverá conter o **Formulário de Inscrição (ANEXO I)**, o **Termo**

de Compromisso (ANEXO II), ambos devidamente preenchidos e assinados, e acompanhados dos seguintes documentos:

I – Pessoas Jurídicas de Direito Privado sem fins lucrativos:

- a) Cartão do CNPJ, emitido pela Secretaria da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br);
- b) Comprovação de registro no Cadastro de Profissionais e Instituições da Cultura, atualizado (SINF);
- c) Cópia do Estatuto da PJ e suas últimas alterações;
- d) Certidão de regularidade junto ao FGTS (atualizada) – emitida pela Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br);
- e) Certidão Negativa de Débitos do INSS (atualizada) – emitida pela Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br);
- f) Certidão Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Prefeitura do município sede do proponente;
- g) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela SEFAZ (atualizada) (www.sefaz.ce.gov.br);
- h) Certidão Negativa Conjunta Federal emitida pela Secretaria da Receita Federal (atualizada) – (www.receita.fazenda.gov.br);
- i) Cópia da Ata de Eleição e Posse da atual diretoria;
- j) Documentação do representante legal: cópia de Documento de Identificação Oficial (RG, Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Categoria Profissional etc.); cópia do CPF ou comprovante de Situação Cadastral no CPF, emitida no site www.receita.fazenda.gov.br/aplicacoes/atcta/cpf/consultapublica.asp; comprovante de endereço do atual presidente da entidade proponente, em nome do próprio ou, se em nome de terceiro, acompanhado de declaração de residência nos moldes do Anexo III;
- l) Declaração de que disponibiliza à sociedade as informações relativas à aplicação dos recursos por meio de convênios e congêneres nos termos do art. 2º da Lei Estadual nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, diante da inexistência de endereço eletrônico;
- m) Currículo do responsável pela gestão do projeto;
- n) Declaração de Compatibilidade, nos termos do Anexo IV;
- o) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (www.tst.jus.br);
- p) Declaração de não utilização de trabalho de menor, exceto como aprendiz (Anexo V);
- q) Currículo detalhado das atividades culturais exercidas (contendo fotos, artigos de jornais, certidões emitidas por entidades públicas e outros documentos comprobatórios).

II – Pessoas Jurídicas de Direito Privado com Fins Econômicos:

- a) Cartão do CNPJ, emitido pela Secretaria da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br);
- b) Comprovação de registro no Cadastro de Profissionais e Instituições da Cultura, atualizado (SINF);
- c) Cópia do Estatuto ou Contrato da PJ e suas últimas alterações;
- d) Certidão de regularidade junto ao FGTS (atualizada) – junto à Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br);
- e) Certidão Negativa de Débitos do INSS (atualizada) - junto à Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br);
- f) Certidão Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Prefeitura do município sede do proponente;
- g) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela SEFAZ (atualizada) (www.sefaz.ce.gov.br);

- h) Certidão Negativa Conjunta Federal emitida pela Secretaria da Receita Federal (atualizada) – (www.receita.fazenda.gov.br);
- i) Documentação do representante legal: cópia de Documento de Identificação Oficial (RG, Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Categoria Profissional etc.); cópia do CPF ou comprovante de Situação Cadastral no CPF, emitida no site www.receita.fazenda.gov.br/aplicacoes/atcta/cpf/consultapublica.asp; comprovante de endereço do atual presidente da entidade proponente, em nome do próprio ou, se em nome de terceiro, acompanhado de declaração de residência nos moldes do Anexo III;
- j) Declaração de que disponibiliza à sociedade as informações relativas à aplicação dos recursos por meio de convênios e congêneres nos termos do art. 2º da Lei Estadual nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, diante da inexistência de endereço eletrônico.
- l) Currículo do responsável pela gestão do projeto;
- m) Declaração de Compatibilidade, nos termos do Anexo IV;
- n) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (www.tst.jus.br);
- o) Declaração de não utilização de trabalho de menor, exceto como aprendiz. (Anexo V)
- p) Currículo detalhado das atividades culturais exercidas (contendo fotos, artigos de jornais, certidões emitidas por entidades públicas e outros documentos comprobatórios).

III – Pessoas Físicas:

- a) Cópia de Documento de Identificação Oficial (RG, Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Categoria Profissional);
- b) Cópia do CPF ou Comprovante de Situação Cadastral no CPF, emitida no site “<http://www.receita.fazenda.gov.br/aplicacoes/atcta/cpf/consultapublica.asp>”;
- c) Comprovante de endereço em nome do proponente ou, se for o caso, comprovante de endereço com acompanhado de declaração de residência nos moldes do Anexo III;
- d) Comprovação de registro no Cadastro de Profissionais e Instituições da Cultura, atualizado (SINF);
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- f) Certidão Negativa Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- g) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- h) Certidão Negativa de Débitos Municipais emitida pela prefeitura do município do proponente;
- i) Declaração de Compatibilidade, nos termos do Anexo IV;
- j) Declaração de que disponibiliza à sociedade as informações relativas à aplicação dos recursos por meio de convênios e congêneres nos termos do art. 2º da Lei Estadual nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, diante da inexistência de endereço eletrônico.
- l) Currículo detalhado das atividades culturais exercidas (contendo fotos, artigos de jornais, certidões emitidas por entidades públicas e outros documentos comprobatórios);

4.9.1. Caso haja no projeto a utilização de bens e locais públicos e/ou privados, o proponente deverá apresentar a respectiva **CARTA DE ANUÊNCIA** de todos os espaços públicos e privados a serem utilizados para a execução da proposta, para fins de liberação das parcelas.

4.9.2. Havendo parceiro ou patrocinador pré-definido, o proponente deverá apresentar a respectiva **CARTA DE INTENÇÃO DE APOIO AO PROJETO** do pretense parceiro e/ou patrocinador, ciente que isso não condiciona aprovação do respectivo projeto e/ou valor pela CEIC.

4.9.3. Os projetos inscritos nas Categorias Doação, Patrocínio e Investimento, deverão detalhar todas as despesas presentes no Plano de Trabalho, sejam financiadas pelo Estado ou pelo patrocinador.

4.10. O Formulário de Inscrição (Anexo I) e o Termo de Compromisso (Anexo II) estão disponibilizados por meio do endereço eletrônico (site) www.secult.ce.gov.br.

4.11. O Cadastro de Profissionais e Instituições da Cultura / SINP poderá ser efetivado diretamente no endereço eletrônico (site) <http://sinpweb.secult.ce.gov.br/Sinp/home.seam>.

4.12. A efetivação da inscrição implica na prévia e integral concordância com as disposições do presente Edital.

4.13. Não serão aceitas inscrições entregues fora do prazo estipulado neste Edital ou que não cumpram as exigências nele contidas. A ausência, inconsistência ou irregularidade na documentação exigida neste Edital acarretará a imediata **DESCLASSIFICAÇÃO** do Proponente.

4.14. Não poderão se inscrever nem participar direta ou indiretamente (como prestador de serviço) deste Edital e nos projetos por ele financiados:

a) agentes públicos da SECULT e/ou do Instituto de Arte e Cultura do Ceará – IACC, ou a seu serviço (sejam eles servidores de carreira, detentores de cargo comissionado, terceirizados, bolsistas, estagiários e quaisquer outros que exerçam função transitória ou permanente, remunerada ou não, vinculada à administração pública desta Setorial);

b) integrantes da Comissão de Seleção e da Comissão Estadual de Incentivo à Cultura – CEIC;

c) cônjuges, companheiros e parentes (linha reta, colateral ou afim) de até 2º grau das pessoas contidas nas alíneas anteriores.

4.15. Havendo desabilitação e/ou desclassificação, a Comissão se reunirá para elencar, dentre os projetos habilitados classificáveis, o mais qualificado para figurar entre os contemplados, respeitando o saldo do limite de captação existente no ato da decisão.

5. DO FINANCIAMENTO DOS PROJETOS

5.1. Para fins de emissão dos CEFIC'S pertinentes ao presente Edital fica estipulado o montante de R\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), atribuindo-se à CEIC a definição dos percentuais e as categorias do incentivo a ser concedido.

5.2. Os recursos deste Edital poderão custear:

I – eventos artístico-culturais, de qualquer natureza, desde que estejam em consonância com as áreas culturais listadas no item 3.2. deste Edital;

II – produtos/bens culturais;

III – seminários, oficinas e cursos de caráter cultural ou artístico, destinados à formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal na área da Cultura;

IV – transporte e seguro de objeto de valor destinado à exposição pública, bem como à exposição permanente em aparelhos culturais pertencentes ao Estado do Ceará, administrados ou não pela Secretaria da Cultura – SECULT/CE;

V – prêmios a criadores, autores, artistas, técnicos e suas obras, filmes, espetáculos musicais e de artes cênicas e quaisquer outros produtos gerados de quaisquer das áreas apoiadas por este Edital;

VI – construção, formação, organização, manutenção, ampliação e aparelhagem de museus, bibliotecas, arquivos, teatros, centros culturais, bandas de música e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e acervos;

VII – restauração de obras de arte e bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural;

VIII – distribuição gratuita e pública de ingressos para espetáculos culturais e artísticos;

IX – levantamento, estudos e pesquisas na área da cultura e da arte e de seus vários segmentos;

X – realização de missões culturais no país e no exterior, inclusive por meio do fornecimento de passagens;

XI – contratação de serviços para elaboração de projetos culturais;

XII – outras ações não previstas acima e consideradas relevantes pela Secretaria da Cultura, enquadráveis nos princípios e objetivos da Lei nº 13.811/2006.

5.3. Os valores financiados pelo presente Edital consistem em valores brutos, ficando ao encargo do Proponente a quantificação e o recolhimento de todos os tributos, taxas e despesas correlatas ao projeto aprovado.

6. DA AVALIAÇÃO DOS PROJETOS

6.1. A avaliação e a seleção dos projetos apresentados será realizada pela Comissão Estadual de Incentivo à Cultura – CEIC e será de acordo com as seguintes etapas:

- a) Habilitação Jurídica;
- b) Habilitação Técnica dos projetos;

6.1.1. Habilitação Jurídica:

6.1.1.1. A Habilitação Jurídica consistirá na análise da documentação exigida no item 4.9 deste Edital, em consonância com as exigências ora contidas.

6.1.1.2. A inconsistência, ausência, irregularidade dos documentos apresentados ou apresentação de certidão fora do prazo de validade acarretarão a imediata desclassificação do proponente. As propostas desclassificadas não serão submetidas à etapa de Seleção.

6.1.1.2. Do resultado da habilitação jurídica, caberá recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados a partir da publicação do resultado no sítio eletrônico da SECULT (www.secult.ce.gov.br).

6.1.2. Habilitação Técnica:

6.1.2.1. A seleção dos projetos levará em conta os princípios e objetivos do Sistema Estadual da Cultura e a Política Estadual de Cultura, baseada em valores artísticos ou culturais, obedecendo-se os critérios e pontuações apresentados na alínea 6.1.2.2:

6.1.2.2. Será considerado HABILITADO os projetos que obtiverem soma a partir de 70 pontos.

I – Habilitação Técnica (total de 50 pontos):

- a)** originalidade da Proposta (0 a 10 pontos);
- b)** justificativa e pertinência cultural da Proposta (0 a 10 pontos);
- c)** qualidade artística e relevância da obra/ação (0 a 20 pontos);
- d)** alcance e abrangência do projeto (efeito multiplicador, inclusive a sua difusão nos municípios cearenses, e público estratégico a ser efetivamente beneficiado (0 a 5 pontos);

e) qualificação dos profissionais envolvidos (0 a 5 pontos).

II - Adequação do Plano de Trabalho e sua viabilidade:

a) atendimento às exigências do Edital (0 a 5 pontos);

b) clareza e consistência da linguagem, observada a intenção do objeto e as atividades propostas (0 a 5 pontos);

c) coerência entre o dimensionamento de público beneficiado e o custo da proposta (0 a 20 pontos);

d) relação de equilíbrio entre as atividades, despesas e os custos apresentados (0 a 10 pontos);

e) garantia de visibilidade do apoio institucional da SECULT (0 a 10 pontos).

6.1.2.3. Os projetos apresentados serão avaliados e selecionados coletivamente pela Comissão, considerando os seguintes aspectos:

a) classificação dos projetos conforme pontuação atribuída pela Habilitação Técnica;

b) o equilíbrio da distribuição dos beneficiários entre projetos oriundos de proponentes do interior e da capital;

c) diversidade de linguagens artísticas e público-alvo;

d) limite financeiro do Edital

6.2. Após a análise das propostas apresentadas, será emitido pelos pareceristas **Parecer Técnico** com recomendação de aprovação total, parcial ou não aprovação, bem como a categoria em que se enquadrará em caso de APROVAÇÃO. O parecer deve conter subsídios que fundamentem a decisão.

6.3. Após a divulgação do RESULTADO FINAL, no Sítio Oficial da Secretaria da Cultura – SECULT (www.secult.ce.gov.br), e publicado no Diário Oficial do Estado - DOE, estará aberto o prazo RECURSAL de 03 (três) dias ÚTEIS.

6.4. Pessoas jurídicas de direito privado, com fins econômicos, somente poderão captar nas modalidades patrocínio e investimento (Art. 22, inciso II, parágrafo único, da Lei nº 13.811/2006).

6.5. É facultado à CEIC, bem como à SECULT, promover ou determinar DILIGÊNCIAS destinadas à comprovação de informações constantes nos projetos, vedada a inclusão de documentos que devem constar obrigatoriamente no ato da inscrição.

6.6. Os recursos deverão, obrigatoriamente, ser entregues no setor de Protocolo da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – SECULT, impressos e assinados pelo proponente, no horário de 08h às 12h e das 13h às 16h30min, contendo as seguintes informações:

OFÍCIO COM RECURSO DETALHADO SOLICITANDO PARECER

NOME DO PROJETO

ÁREA CULTURAL DE INTERESSE

NOME DO PROPONENTE

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

ENDEREÇO DO PROPONENTE

6.7. Os critérios de distribuição dos recursos para captação das propostas obedecerá ao seguinte perfil:

a) o valor destinado às áreas culturais será calculado proporcionalmente com base no montante financeiro dos projetos inscritos, por linguagem, no VII Edital Mecenaz do Ceará;

6.8. Para este Edital serão consideradas as seguintes categorias de captação:

I – Categoria Doação (100%)

Transferência definitiva de recursos, bens e serviços, vedada a obtenção pelo doador de qualquer proveito direto ou indireto, inclusive de imagem, em qualquer veículo de mídia impressa ou eletrônica, sendo permitida a citação, em seu agradecimento (Art.21, § 2º, I da Lei 13.811/06 c/c Art. 4º, IX do Decreto nº 28.442/06).

Os critérios de definição da categoria de captação de Doação obedecerão aos seguintes perfis:

- a) propostas que não apresentem vantagens competitivas, consolidação e liderança no mercado cultural cearense;
- b) propostas que garantam a democratização ao acesso cultural, formando e estimulando consumidores de produtos e serviços culturais;
- c) atividades de formação artístico-cultural pavimentadas na produção e na recepção de produtos e de serviços culturais, promovendo o empreendedorismo e/ou a cidadania cultural;
- d) propostas que beneficiem coletividades menos favorecidas, promovendo a sua inclusão social;
- e) práticas com a participação da comunidade beneficiada nas várias etapas do processo de produção da proposta.

II – Categoria Patrocínio (80%)

Transferência, em caráter definitivo e livre de ônus, feito pelo Patrocinador ao Proponente, de recursos financeiros, bens ou serviços para realização do projeto cultural, sem proveito pecuniário ou patrimonial, direto ou indireto, para o Patrocinador, ressalvada a veiculação de seu nome ou marca nas peças de publicidade e nos produtos gerados (Art.21, § 2º, II da Lei 13.811/06 c/c Art. 4º, X do Decreto nº 28.442/06).

Os critérios de definição da categoria de captação de Patrocínio obedecerão aos seguintes perfis:

- a) propostas que apresentem vantagens competitivas, consolidação e liderança no mercado cultural cearense;
- b) propostas que estimulem o consumo de produtos e serviços culturais;
- c) propostas inovadoras que colaborem com o fortalecimento das Cadeias Produtivas da Cultura;
- d) capacidade de agregar valores às ações de comunicação do patrocinador.

III – Categoria Investimento (50%)

Aplicação de recursos financeiros, bens ou serviços em atividades culturais com proveito pecuniário ou patrimonial para o contribuinte investidor (Art.21, § 2º, III da Lei 13.811/06 c/c Art. 4º, XI do Decreto nº 28.442/06).

Os critérios de definição da categoria de captação de investimento obedecerão aos seguintes perfis:

- a) propostas com viabilidade para o proveito patrimonial do investidor;
- b) atividades com foco mercadológico, priorizando a lucratividade do proponente e do investidor;
- c) capacidade de agregar valores às ações de comunicação do investidor, que lhe possibilitem o posicionamento mercadológico de socialmente responsável.

7. DAS OBRIGAÇÕES DOS SELECIONADOS

7.1. O Proponente selecionado terá o prazo de 90 dias, contados a partir da publicação do resultado final no Diário Oficial do Estado, para buscar apoios de contribuintes de ICMS, e, após tê-lo obtido, apresentar à SECULT declaração de aceitação ao incentivo de pelo menos 50% (cinquenta por cento), conforme modelo constante no Anexo VII do Decreto Estadual nº 22.842/2006;

7.1.1. No caso de nenhuma captação ou de captação inferior aos 50% (cinquenta por cento) dos recursos autorizados no prazo estabelecido no item 7.1, o proponente terá 5 (cinco) dias, antes de vencido o prazo estabelecido no item 7.1, para requerer junto à CEIC a **prorrogação do prazo de captação por igual período**, para buscar apoio de contribuintes do ICMS, e, após tê-lo obtido, apresentar à SECULT declaração de aceitação ao incentivo de pelo menos 50% (cinquenta por cento);

7.1.2. A falta de manifestação do proponente no prazo até 05 (cinco) dias, de acordo com o item 7.1.1, acarretará a perda do direito de prorrogação do prazo e, conseqüentemente, desclassificação no certame;

7.1.3. Vencido o novo prazo de 90 (noventa) dias e não tendo o proponente conseguido obter a declaração ao incentivo, o projeto será automaticamente desclassificado;

7.2. O projeto deverá cumprir integralmente a proposta aprovada, conforme o **Cronograma de Execução e Plano de Mídia** apresentados no formulário de inscrição, termo de compromisso, orçamento e cronograma físico-financeiro, vedada a alteração de seu objeto, respondendo o proponente pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial;

7.3. Em todo material de divulgação impressa e televisiva referente aos projetos aprovados, será obrigatória a veiculação e inserção do nome e símbolos oficiais do Estado do Ceará, além do crédito do seguinte texto: "ESTE PROJETO É APOIADO PELA LEI ESTADUAL DE INCENTIVO À CULTURA – LEI Nº13.811, DE 16 DE AGOSTO DE 2006", obedecendo-se o disposto no artigo 10, inciso II e artigo 32, da Lei nº 13.811, de 16 de agosto de 2006 c/c o "caput" e o parágrafo único do artigo 51 do Decreto Estadual nº 28.442, de 30 de outubro de 2006 e Portaria da SECULT nº 275, de 27 de dezembro de 2007, e, em caso de entrevistas televisivas ou radiofônicas, a citação verbal do apoio recebido;

7.3.1. Todo material de divulgação deverá seguir rigorosamente o plano de mídia aprovado. Eventuais modificações deverão ser enviadas à SECULT para prévia aprovação, em até 10 (dez) dias antes da impressão e veiculação, sob pena de não ser aprovada a prestação de contas da proposta selecionada;

7.4. No decorrer da execução do projeto selecionado, o Proponente deverá, obrigatoriamente:

- a)** movimentar os recursos financeiros pertinentes ao projeto, em conta específica, aberta em banco público para esse fim;
- b)** permitir o acesso ao público em geral aos bens e serviços decorrentes dos projetos apoiados;
- c)** efetuar aquisição de bens ou serviços em consonância com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

7.4.1. No caso de comercialização de bens ou serviços oriundos da proposta aprovada deverá, ainda:

- a)** respeitar o direito à meia-entrada para estudantes, servidores públicos, idosos maiores de 60 (sessenta) anos;
- b)** proporcionar condições de acessibilidade a pessoas portadoras de deficiência física;
- c)** ofertar preços populares de modo que torne acessível à população em geral, garantindo o retorno social do investimento do Estado;
- d)** distribuir gratuitamente percentual definido no parecer de aprovação das obras e ingressos a beneficiários a serem indicados pela SECULT.

8. DAS SANÇÕES

8.1. Ensejam sanção administrativa:

- I** – alterar o objeto do projeto incentivado;
- II** – praticar qualquer discriminação de natureza política ou racial que atente contra a liberdade de expressão, de atividade intelectual e artística, de consciência ou crença no andamento da execução das propostas aprovadas;
- III** – praticar a violação de direitos intelectuais;
- IV** – deixar de veicular no material de divulgação ou em entrevistas o apoio concedido por este Edital;
- V** – obstar, por ação ou omissão o regular andamento do projeto incentivado;
- VI** – executar despesas fora do período previsto para execução do projeto;
- VII** – proceder à aquisição de bens e serviços não previstos na proposta apresentada ou em inobservância das disposições da Lei de Licitações;
- VIII** – não apresentar ou não ter aprovada, mesmo que parcialmente, a prestação de contas pertinente aos recursos recebidos.

8.2. A prática de quaisquer das condutas descritas no item 8.1. deste Edital, por intermédio do responsável direto ou indireto do projeto, ensejará a apuração de responsabilidade, através da instauração de comissão com três membros designados pela Secretaria de Cultura do Estado.

8.3. A prática, com dolo ou culpa, de quaisquer das condutas descritas no item 8.1. deste Edital, por intermédio do responsável direto ou indireto do projeto, poderá ensejar as seguintes sanções:

- I** – cancelamento do Certificado Fiscal de Incentivo à Cultura – CEFIC;
- II** – inscrição do Proponente no Cadastro de Inadimplentes do Estado do Ceará – CADINE;
- III** – devolução integral dos recursos indevidamente despendidos monetariamente corrigidos;

IV – pagamento de multa, incidente sobre o valor do projeto apoiado, nos percentuais mínimos de 20% (vinte por cento) e máximo de 100% (cem por cento), a ser quantificado em conformidade com a gravidade da conduta;

V – inabilitação do Proponente para perceber qualquer incentivo do Sistema Estadual da Cultura – SIEC pelo período de 5 (cinco) anos contados a partir da data da aplicação da sanção.

8.4. As sanções descritas no item anterior poderão ser aplicadas de forma cumulativa, conforme o grau de culpabilidade do responsável.

9. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1. O Proponente que fizer jus ao apoio a que se destina este Edital deverá apresentar à SECULT, OBRIGATORIAMENTE, independentemente de ter feito uso de parte do recurso ou de nenhuma, em até 60 (sessenta) dias após o recebimento de cada parcela em conta específica, a **Prestação de Contas PARCIAL**, e, ao término da execução do projeto, detalhado **Relatório de Execução** (físico) e **Prestação de Contas FINAL** (financeiro).

9.1.1. Quando a liberação dos recursos ocorrer em 2 (duas) ou mais parcelas, a segunda ficará condicionada à apresentação da Prestação de Contas Parcial referente à primeira parcela liberada, e assim sucessivamente.

9.2. A Prestação de Contas financeira deverá constar de faturas, notas fiscais, recibos, contratos e outros documentos válidos para fins de comprovação de gastos ou despesas, em homenagem à Lei 8.666/93, incluindo-se os extratos da conta corrente específica para a movimentação dos recursos. A comprovação do cumprimento do objeto deverá ser efetivada mediante a apresentação de registros comprobatórios de execução e material de divulgação com os devidos créditos.

9.3. A título de CONTRAPARTIDA, compete ao Proponente enviar à SECULT 20% (vinte por cento) dos produtos culturais resultantes do projeto apoiado por este Edital.

Parágrafo Primeiro: Em se tratando de publicação (livros, revistas, cordéis e congêneres) o percentual da contrapartida passará a ser de 20% (vinte por cento) de uma tiragem de exemplares, considerando que esta contrapartida deverá ser entregue à Secretaria da Cultura que distribuirá por meio do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, tanto às Bibliotecas Públicas Municipais como às Comunitárias, no Estado do Ceará.

Parágrafo Segundo: São vedadas propostas que tragam em seu escopo e orçamento previsto no plano de trabalho a aquisição de acervo para distribuição gratuita em qualquer natureza de evento, salvo as propostas que destinarão acervo, em sua totalidade ao Sistema de Bibliotecas Públicas.

Parágrafo Terceiro: Consideram-se “Produtos culturais”, para fins deste Edital, os bens/produtos/serviços/processos culturais oriundos da proposta apresentada: livros, revistas, CD's, DVD's, apresentações artísticas, ingressos, vídeos e outros bens equipados.

9.4. Na hipótese de inexecução do projeto incentivado, deverá ser apresentada justificativa ao Secretário da Cultura, acompanhada da devida restituição dos valores recebidos corrigidos monetariamente.

9.5. O modelo de **Relatório de Execução** e de **Prestação de Contas** está disponível na Internet, no sítio eletrônico: www.secult.ce.gov.br.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. O presente Edital ficará à disposição dos interessados na internet no seguinte endereço: www.secult.ce.gov.br.

10.2. Não serão admitidas as obtenções de incentivos do Fundo Estadual da Cultura – FEC e do Mecenato Estadual, **CONCOMITANTEMENTE**, para um mesmo projeto.

10.3. A Secretaria da Cultura do Estado do Ceará terá direito de divulgar, exibir e distribuir os produtos decorrentes da realização dos projetos selecionados no presente Edital, desde que sem finalidade lucrativa e com referência aos créditos das obras, em quaisquer meios e suportes.

10.4. O ato de inscrição pressupõe anuência prévia dos autores para efeito do descrito acima. Os proponentes deverão obter autorização para utilização de outras obras intelectuais e de imagens de terceiros que incluam, adaptem ou utilizem, qualquer que seja o suporte, em seu produto e/ou serviço gerados, sob pena de serem responsabilizados administrativa, civil ou penalmente, isentando a CEIC, a Secretaria da Cultura do Estado do Ceará e o Contribuinte do ICMS incentivador da proposta.

10.5. Para a celebração de convênios, nos termos do item 10.4, serão exigidas a regularidade cadastral e a adimplência do conveniente e do interveniente, quando este assumir a execução do objeto, nos termos do Art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 119/2012.

Parágrafo Único: O Cadastramento de Parceiros, requisito necessário para a regularidade cadastral, deverá ser realizado pelos interessados em firmar parcerias com o Poder Executivo Estadual, nos termos do art.6º, §1º da Lei Complementar nº119/2012, por meio do endereço eletrônico “<https://s2gpr.sefaz.ce.gov.br/mcc-web/paginas/parceiro/TipoCadastro.seam>”, anexando os documentos exigidos pelo Decreto Estadual 31.496/2014. As dúvidas relativas ao cadastramento de parceiros poderão ser dirimidas junto a Controladoria Geral do Estado, através do telefone (85) 3101-3467, ou, presencialmente, na Avenida Gal. Afonso Albuquerque Lima, Edifício SEPLAG, 2º Andar, Cambéba, Fortaleza – CE.

10.6. Os proponentes deverão obter autorização para utilização de obras intelectuais e/ou imagens de terceiros, qualquer que seja o suporte em sua obra. Em caso de contestação, o proponente selecionado ficará responsável civil e criminalmente, isentando o Comitê Gestor do FEC e a Secretaria da Cultura do Estado do Ceará de quaisquer responsabilidades a respeito, conforme disposição da Lei nº 9.610/98.8.5. A desistência justificada do selecionado implicará na possibilidade do Presidente da Comissão de Seleção substituir por outro proponente habilitado, obedecida à ordem de classificação e os limites estabelecidos no presente Edital.

10.6. Os casos omissos nesse Edital serão decididos pela Comissão Estadual de Incentivo à Cultura – CEIC, ouvido o Conselho Estadual da Cultura, nos termos da Lei nº 13.811, de 16 de agosto de 2006.

10.7. A Comissão Estadual de Incentivo à Cultura – CEIC não pode descumprir as normas e condições estabelecidas no presente Edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

10.8. Os proponentes dos projetos não selecionados poderão solicitar informações constantes nas propostas até 30 dias após a divulgação do resultado, desde que façam um pedido formal à Secretaria da Cultura ficarão. Após esse prazo, os projetos serão arquivados.

10.9. Compete à CEIC, nos termos do art. 17 do Decreto 28.442/06, fiscalizar a execução dos projetos aprovados, com vistas à verificação da regularidade de seu cumprimento, inclusive quanto à observância dos cronogramas ajustados, bem como solicitar ao Secretário da Cultura a realização de vistorias, avaliações, perícias, análise, auditoria e demais levantamentos necessários á perfeita observância da lei e deste Edital.

10.10. Os direitos autorais e de imagem dos resultados produzidos serão de propriedade dos autores.

10.11. A conclusão do projeto contemplado não poderá ultrapassar os prazos estabelecidos no respectivo Plano de Trabalho, contados a partir da assinatura do contrato, prorrogáveis, mediante prévia autorização, sendo será exigida a regularidade cadastral do convenente e do interveniente, quando este assumir a execução do objeto.

10.12. Nos casos de exposições públicas, os proponentes comprometem-se a respeitar as condições de acessibilidade previstas nos termos do Artigo 23 da Lei 10.741/03, referente à obrigatoriedade de meia-entrada, nos termos do Artigo 46 do Decreto nº. 3.298/99, referente à acessibilidade de portadores de necessidades especiais.

10.13. Os Planos de Trabalho dos projetos aprovados por este Edital somente poderão ser alterados após análise técnica de proposta devidamente justificada e aceita pela CEIC, devendo a solicitação de alteração ser apresentada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da realização da despesa a ser alterada.

10.14. Sem prejuízo do previsto no art. 113, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, qualquer cidadão é parte legítima para impugnar os termos do presente Edital por irregularidade na aplicação da legislação de regência, devendo protocolar o pedido em até 15 (quinze) dias após a divulgação do presente Edital.

10.15. Mais informações poderão ser obtidas prioritariamente pelo e-mail: siec@secult.ce.gov.br, fazendo constar no campo assunto a citação **VII EDITAL MECENAS DO CEARÁ** e o título do Projeto.

Fortaleza – CE, 21 de outubro de 2014

Paulo Victor Gomes Feitosa
Secretário da Cultura - Respondendo